

CONSTRUÇÃO SOCIAL DA DOENÇA MENTAL: UMA ANÁLISE À LUZ DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA FAMÍLIA Mariani da Costa Ribas, Nilma Renildes da Silva, Caroline Garpelli Barbosa, Manuela Scabello Poiani, Mariana Forgerini, Marisha de Oliveira Santos - Humanas – Psicologia - Departamento de Psicologia - Faculdade de Ciências - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – Campus de Bauru

A família é uma instituição criada pelos homens, que se constitui de formas diferentes em situações e tempos diferentes para responder às necessidades sociais. Sendo uma instituição social, possui para os homens uma representação que é socialmente elaborada e que orienta a conduta de seus membros. Essa instituição tem duas importantes funções: econômica e ideológica. A função econômica refere-se à reprodução de mão-de-obra, e a função ideológica refere-se à reprodução da ideologia dominante.

A atuação familiar é vivida intensamente pelos indivíduos, agindo poderosamente no exercício da subordinação ideológica, pois está presente desde o início da vida e é marcada por fortes componentes emocionais que estruturam de forma profunda a personalidade de seus membros. Ou seja, a maneira peculiar com a qual a família organiza a vida emocional de seus membros lhe permite transformar a ideologia dominante em uma visão de mundo, em um código de condutas e de valores que serão assumidos mais tarde pelos indivíduos.

Dessa forma, a família idealiza-se hoje como um universo privatizado, organizado para os membros mais próximos entre si, cujo comportamento obedece a certos padrões específicos de normalidade e produtividade, seja no trabalho, seja nos estudos. Aquele que não se adequa a esses padrões é considerado fora da norma, e muitas vezes doente mental.

Apesar do convívio com os chamados “doentes mentais” ser de longa data em nossa sociedade, ainda não há um consenso racional acerca da sua natureza, incluindo a causa e o tratamento, da doença mental. Assim, a doença mental é ainda um fenômeno sem uma explicação racional plausível; nem mesmo a psiquiatria deu conta do tema. Dessa forma, é possível pensar na existência de uma causa orgânica da doença mental, como também na sua construção cultural expressa em rótulos dados às pessoas que demonstram comportamentos que, se estudados mais de perto, seriam considerados “diferentes” ou “esquisitos” (Porter, 1990).

A doença mental não está embasada em um sistema universal e teórico que a sustente, mas sim, varia de acordo com a época e o contexto histórico em que está inserida, bem como com os interesses da instituição que a estabelece. Sendo assim, a natureza da desordem a ser reparada, a classe de indivíduos a enquadrar e, conseqüentemente a própria definição da doença mental depende do conceito de “normal” definido por uma determinada instituição.

Neste trabalho foi analisada a instituição familiar como primeira definidora da normalidade. Com este fim utilizou-se a categoria de Representações Sociais, que, segundo Moscovici (1976), são conjuntos de conceitos, afirmações e explicações, que devem ser consideradas como verdadeiras “teorias” do senso comum, as quais são empregadas na interpretação e construção das realidades sociais.

O objetivo do presente trabalho foi o de compreender em que medida as Representações Sociais da família acerca de normalidade contribui para a rotulação e conseqüente marginalização do indivíduo considerado diferente, podendo gerar com isso a doença mental.

A presente pesquisa foi realizada com embasamento teórico da Psicologia Sócio-Histórica, segundo a qual o homem é um ser inacabado e está em contínua transformação através das suas relações sociais. Tal teoria trabalha com uma visão dialética e compreende que não só o investigador,

mas também o objeto de estudo (fenômenos sociais) possuem consciência histórica, ou seja, ambos dão sentido, significado e intencionalidade às suas ações.

No desenvolvimento desta pesquisa deu-se ênfase aos aspectos qualitativos do objeto de estudo, buscando-se compreender e explicar a dinâmica das relações sociais, que, por sua vez, são depositárias de crença, valores, atitudes e atos. Essa prática analisou vivências, fatos cotidianos e experiências, além da compreensão das estruturas e instituições como resultado da ação humana objetivada. Para tal compreensão foi utilizado o longa-metragem: “O bicho de sete cabeças”, dirigido por Laís Bodanzky, que foi inspirado no livro “O canto dos Malditos”, de Austregésilo Carrano Bueno.

A análise do filme foi feita com embasamento numa resenha elaborada a partir do livro: “Ordem Médica e Norma Familiar”, de Jurandir Freire Costa. Para tal análise foram selecionadas cenas do filme, que mostram a relação do personagem principal (Neto) com sua família. Os diálogos destas cenas foram transcritos e analisados criticamente de acordo com o método dialético, bem como de acordo com a resenha já referida. Para tal análise as Representações Sociais dessas cenas foram agrupadas na categoria “Modelo Ideal de Família” e posteriormente divididas em três subcategorias, quais sejam “Papel de cada membro no modelo ideal de família burguesa”, “Obediência às regras da família/sociedade” e “Valores e normas da família/sociedade”.

Na primeira subcategoria (Papel de cada membro no modelo ideal de família burguesa) foram agrupadas cenas que evidenciam o desempenho dos papéis de cada membro da família de acordo com a norma familiar burguesa. Segundo esta norma, cada membro deve desempenhar seu papel de modo a manter o bom funcionamento da família, bem como a estrutura social.

Na segunda subcategoria (Obediência às regras da família/sociedade) foram agrupadas cenas que mostram que em uma sociedade capitalista há a necessidade de disciplinar o corpo e a mente para o trabalho. A família vai atender essa necessidade na medida em que ela reproduz regras da sociedade e os membros que violam estas regras são considerados fora da norma e, na maioria das vezes, são marginalizados.

Na terceira subcategoria (Valores e Normas) foram agrupadas cenas que evidenciam que os valores e costumes da sociedade são padronizados e implementados no modelo familiar burguês, sendo os comportamentos que violam esses padrões punidos pela família e sociedade. Esses padrões foram implementados por uma educação moral que substitui a punição física por uma auto-culpabilização, na qual os indivíduos se submetem aos valores morais que são preconizados em uma determinada sociedade visando fugir do sentimento de culpa. Os papéis desempenhados por cada membro da família, a obediência às regras e aos valores preconizados pela sociedade existem em função da manutenção do modelo ideal de família. É exigido dos indivíduos que eles correspondam a este modelo sem que possam refletir o quão preparados estão para se submeterem a essa estrutura rígida, seguindo os papéis, normas, regras e valores impostos por este modelo.

Por meio da análise dessas cenas pôde-se verificar que esta estrutura rígida da família contribui para o adoecimento de seus membros, na medida em que nem todos correspondem à expectativa de adaptar-se ao modelo familiar ideal, fruto da construção histórica e que na sociedade capitalista ainda cumpre a função de reproduzir os valores ideológicos a fim de promover a manutenção desta forma de organização social.

A família é responsável pela mediação entre o indivíduo e a sociedade, é por meio dela que se inicia o aprendizado sobre o mundo e a situar-se nele. Sendo necessário, portanto, uma postura crítica em relação aos limites e possibilidades que esta instituição proporciona aos seus membros, que pode ser a garantia de uma vida social equilibrada ou representar um entrave ao desenvolvimento social devido a sua estrutura rígida, que exerce a dominação sobre todos os seus membros.

É na família, um local privilegiado de reprodução ideológica, que se aprende o papel social a ser desempenhado na sociedade. Espera-se dos membros da família que aceitem as normas impostas e se submetam aos papéis sem o questionamento de quão capazes estão para desempenhá-los. Aqueles que não se submetem aos papéis designados são, na maioria das vezes, vistos como rebeldes e como a instituição família não desempenhou, neste caso, a função de reprodutora de valores ideológicos, é comum a busca de outra instituição para a manutenção dos mesmos. Em “*O bicho de sete cabeças*”, a família buscou a instituição psiquiátrica como auxílio por não ter conseguido desempenhar a função de reprodutora de valores.

Referências Bibliográficas:

- ALBUQUERQUE, J. A. G. Doença mental, metáfora da desordem. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. **Metáforas da desordem**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1976. p. 15-24.
- AMARANTE, P. O. O Paradigma psiquiátrico. In: AMARANTE, P. O. **O homem e serpente**. Rio de Janeiro, RJ: Fio Cruz, 1996. p. 39-67.
- COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- LANE, S. T. M. Linguagem, pensamento e representações sociais. In: LANE, S. T. M. & CODO, W. (orgs). **Psicologia social e o homem em movimento**. 13ª ed. São Paulo, SP: Braziliense, 2004, p. 32-38.
- LANE, S. T. M. O processo grupal. In: LANE, S. T. M. & CODO, W. (orgs). **Psicologia social e o homem em movimento**. 13ª ed. São Paulo, SP: Braziliense, 2004. p. 78-97.
- MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- PORTER, R. Introdução. In: PORTER, R. **Uma história social da loucura**. Rio de Janeiro. RJ: Jorge Zahar Editor, 1990, p. 7-14.
- REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, S. T. M. & CODO, W. (orgs). **Psicologia social e o homem em movimento**. 13ª ed. São Paulo, SP: Braziliense, 2004. p. 99-123.